



## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1236/2024

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Altera o <a href="#">Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980</a> , que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais, e a <a href="#">Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024</a> , que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover).
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da <a href="#">Constituição</a> , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
<a href="#">Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980</a>	<b>Art. 1º</b> O <a href="#">Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º Fica instituído o regime de tributação simplificada para a cobrança do imposto de importação incidente sobre bens contidos em remessas postais internacionais, observado o disposto no artigo 2º deste Decreto-lei. .....	“Art. 1º ..... .....
	<b>§ 2º-B</b> Ato do Ministro de Estado da Fazenda poderá alterar:
	I - as alíquotas para produtos acabados pertencentes a classes de medicamentos, importados por pessoa física para uso próprio ou individual, não se aplicando o limite de valor máximo previsto no § 2º nem os limites mínimos de alíquotas previstos no § 2º-A; e
	II - as alíquotas previstas no § 2º-A, observadas as alíquotas mínimas de 20% (vinte por cento) e 60% (sessenta por cento) para as respectivas faixas de tributação, para diferenciar produtos importados por via postal ou em função de adesão ou não a programa de conformidade estabelecido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda. .....” (NR)
	<b>Art. 2º</b> Aplica-se o disposto:
	I - na <a href="#">Portaria nº 156, de 24 de junho de 1999</a> , do Ministério da Fazenda, inclusive a isenção do imposto de importação de que trata o seu art. 1º, § 2º, às remessas com declaração de importação registrada até 31 de julho de 2024; e
	II - no art. 32 e no art. 34, caput, inciso II, da <a href="#">Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024</a> , às remessas com declaração de importação registrada a partir de 1º de agosto de 2024.
<a href="#">Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024</a>	<b>Art. 3º</b> A <a href="#">Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º O Poder Executivo federal estabelecerá requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos novos produzidos no País e para a importação de veículos novos classificados sob os códigos 87.01 a 87.05 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo <a href="#">Decreto nº 11.158, de 29 de julho de 2022</a> , relativos a: .....	“Art. 2º ..... .....

Quadro Comparativo

Medida Provisória nº 1236/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 10. A importação de veículos por pessoas físicas ou jurídicas poderá ser realizada direta ou indiretamente, por intermédio de uma pessoa jurídica importadora por sua conta e ordem ou por encomenda, aplicado equivalente tratamento tributário, mediante ato de registro de que trata o art. 3º.” (NR)
	Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.